

Jornal da tarde

# A Constituinte

## Mandato: as propostas de redução.

"O mandato do presidente Sarney é tão transitório quanto o nosso, de deputados e senadores. O mandato presidencial pode ser reduzido, se é verdade que a Constituinte pode tudo, mas, por esse mesmo princípio, o dos parlamentares também pode. Afinal, fomos eleitos com base na Constituição vigente, e para sermos deputados e senadores, não exclusivamente constituintes." O debate é do deputado Hélio Duque (PMDB-PR) ao observar ontem que não existe Assembleia Nacional Constituinte, e sim um Congresso Constituinte, cuja legislatura, a 48ª, poderia ser de apenas um ou dois anos, o suficiente para que seja elaborada a nova Constituição.

O deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) também defende a mesma tese e acrescenta que os políticos tradicionais não estão acostumados a pensar em termos de lucidez e isenção, "pois muitas vezes ficam limitados por motivos pessoais e partidários". "É o caso do mandato do presidente Sarney, que é tão transitório quanto o nosso, pois direta ou indiretamente fomos todos eleitos com base na Carta vigente", acrescentou o parlamentar paulista. "Nosso mandato está fixado em quatro anos e o do presidente em seis, mas se a Constituinte pode absolutamente tudo, como desejam certas correntes do PMDB, pode também reduzir nosso mandato. E nós, parlamentares, teríamos de aceitar isso com a mesma grandeza com que, supomos, Sarney receberia tal medida."

### Avaliação ética

Hélio Duque exibiu sua carteira de deputado constituinte e observou que está mencionada no documento a 48ª legislatura e apenas o ano de 87, sugerindo que esse pode ser o período da duração do mandato dos constituintes. "Nós fomos eleitos com base na Emenda Constitucional 26, que determina a eleição de deputados e senadores para se reunirem unicameralmente em Assembleia Constituinte, que poderia ter sido exclusiva desde o ano passado, se o PMDB assim o desejasse. Lembrou ainda que o relator da emenda, ex-deputado Flávio Bierenbach, sugeriu a transformação da Constituinte em exclusiva; sua ideia foi rejeitada pelo plenário e ele acabou destituído do cargo.

Para Afif Domingos, o político moderno não pode se distanciar da evolução social e, como tal, proceder de acordo com a sociedade que representa, e não apenas correspondendo aos interesses partidários ou pessoais. A questão da transitoriedade do mandato do presidente Sarney, em seu entender, envolve também uma avaliação ética, e neste particular os constituintes não podem se eximir. "Seria atípico eu propor a redução do mandato do presidente da República e imaginar que o meu não pode ser igualmente limitado", repetiu o parlamentar paulista. "Espero que meus colegas parlamentares se disponham a discutir a tese também sob esse prisma." Tanto Afif como Hélio Duque afirmaram que seus mandatos estão à disposição da Constituinte para serem reduzidos a qualquer extensão necessária para a execução do trabalho para o



Afonso Arinos



Cardoso Alves

**E** nquanto os constituintes discutem se a Constituinte deve ser exclusiva ou não e os partidos políticos não chegam a um acordo sobre as normas que devem reger os trabalhos da Assembleia, o governo trabalha ativamente, sem qualquer fiscalização, nem mesmo do maior partido que lhe dá sustentação.

O alerta foi dado ontem pelo deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP) que advertiu a direção do PMDB para os riscos dessa omissão. "Podemos ter surpresas desagradáveis nos próximos meses, especialmente na área econômica onde medidas relevantes estão sendo tomadas sem qualquer consulta aos políticos." O senador Mário Covas (PMDB-SP) também está preocupado com isso e acha que o assunto deve ser conduzido pela direção do partido.

"A direção precisa se reunir e designar interlocutores permanentes para acompanhar os atos do governo, notadamente na área econômica", disse Covas, lembrando que os compromissos do PMDB não se esgotam na Constituinte. Segundo ele, "o PMDB é governo e precisa se conscientizar disso, para não repetir os erros do passado que condenamos tantas vezes".

O deputado Hélio Duque (PMDB-PR) criticou, por sua vez, a direção do PMDB, dizendo que seus dirigentes nunca se preocuparam em criar órgãos de fiscalização e de acesso direto às ações do governo. "Enquanto o sr.



Alfredo Campos

Há quem fale em transitoriedade de mandatos. Dos constituintes e de Sarney.



Hélio Duque

**VIGIA**

**Um alerta: nem mesmo o PMDB fiscaliza os atos do Executivo.**

Ulysses Guimarães acumula poderes ilimitados e jamais vistos em regimes democráticos anteriores, o governo continua a agir em termos de administração pública e econômica da mesma forma que agiram os governos anteriores. Os partidos que lhe dão sustentação política são informados apenas pela imprensa de seus atos.

A bancada do PDS na Câmara acusou o PMDB de ter impedido a realização da sessão de ontem, com o objetivo de desviar a atenção dos constituintes para o "descontrole da política econômica do governo, em consequência do fracasso do Plano Cruzado". Segundo nota oficial distribuída à imprensa, o PMDB



Guilherme Afif



Alvaro Vale

usou como pretexto o atraso do senador Fernando Henrique Cardoso, que não entregou em tempo hábil o substitutivo do regimento interno provisório, para suspender a sessão. "A bancada do PDS conclama os partidos que dão sustentação ao governo a assumir suas responsabilidades e não procurar se esconder em manobras prejudiciais ao funcionamento pleno da Assembleia Nacional Constituinte" — acrescenta a nota.

"O problema mais urgente do País é o econômico porque dele derivam consequências irreparáveis no campo social", afirma o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, a propósito do alijamento da classe política do problema econômico-financeiro do País.

Para ele "a prova disso é que enquanto se discute violentamente se Senado e Câmara devem continuar existindo, se devem ser extintos o decreto-lei e o decurso de prazo, não estamos vendo nem a ponta do iceberg como os passageiros do Titanic".

Passarinho diz ainda que "quem colocou muito bem parte da questão econômica foi o presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio Oliveira Santos. Ele disse não ser possível que comerciantes sejam pintados como bandidos e ladrões. E muito mais fácil arremetendo turbas para fechar supermercados e drogarias. Gostaria de ver essas mesmas pessoas mantendo essas casas abertas e vendendo com prejuízo".

qual foram eleitos: a elaboração da nova Constituição.

O senador Afonso Arinos concorda com a tese de Afif e Duque: "Os constituintes foram eleitos com base na Constituição em vigor, e nada impede que eles cumpram a tarefa de elaborar a nova Constituição restringindo-se af seus mandatos". Acrescentou, entretanto, que a Constituição deve ser respeitada: "Seis anos é um prazo razoável para se fazer uma boa obra administrativa e política".

### Desempenho

A bancada do PFL paulista na Constituinte procurou ontem o presidente Sarney para defender o direito de seis anos de mandato para o seu governo, sem alteração no texto constitucional que assim o estabelece e foi decorrente do pacote de abril de 1978. No entanto, os deputados acham que o País tem uma vocação para períodos curtos de governo e, por isso, lutarão pela fixação do mandato de quatro anos a constar das disposições transitórias da nova Carta a vigorar para o sucessor de Sarney.

Dos seis parlamentares que compõem a bancada, quatro participaram da audiência com o presidente: Ricardo Izar, Fausto Rocha, Agripino Lima e Mendes Thame, Maluly Neto e José Camargo não chegaram a tempo. De acordo com Izar, mesmo com a solidariedade hipotecada, o presidente Sarney preferiu manter-se discreto, não emitindo sua opinião a respeito do mandato, por entender que se assim agisse interferiria no poder soberano da Constituinte.

Não são poucos os constituintes do PMDB e de outros partidos que acreditam que a fixação do mandato presidencial sofrera influência da crise econômica e do desempenho político e administrativo do governo durante o funcionamento da Constituinte. O deputado Alvaro Valle (PL-RJ) e os senadores Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas (PMDB-SP) são alguns dos que acreditam nessa hipótese. Entre os premebedistas, muitos parlamentares preferem quatro anos de mandato para o presidente Sarney.

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), porém, não concorda com a redução do mandato presidencial, afirmando que qualquer duração abaixo dos seis anos fixados na Constituição "é golpe". Alvaro Valle, presidente do Partido Liberal, afirma que sua agremiação adotará oportunamente decisão conjunta a respeito.

O líder do PMDB no Senado, Alfredo Campos, acha que deve ser cumprido o mandato constitucional de seis anos, mas alerta que o governo deve manter bom desempenho político, econômico e administrativo. Do contrário, pode estimular o movimento dos que desejam sua redução — "e não é pequena, segredo dentro do próprio PMDB, a quantidade dos que defendem quatro anos no menos, excepcionalmente. Campos disse ter conversado há tempos com Sarney e o alertou para evitar que a duração do seu mandato passasse a ser tema dos debates da Constituinte, ou estimulação em função do mau desempenho do governo.

## IMPrensa

**Políticos ridicularizam a proibição do off. E os juristas reclamam: a Assembleia não pode ser secreta.**

**A** ideia do governo de proibir o off e tentar calar suas fontes — seja do Planalto ou dos Ministérios — para evitar o vazamento de notícias está enfrentando forte oposição do PDS e outros partidos: foi ridicularizada pelos políticos. "A censura à imprensa não é apenas uma ameaça na Assembleia Nacional Constituinte. Ela já é um fato concreto e vem sendo largamente praticada com todo o rigor pelo governo", proclama o ex-ministro do Planejamento e da Fazenda, deputado Delfim Netto (PDS-SP). "Isso é desespero, é cinismo. No momento em que toda a imprensa estava aplaudindo o Plano Cruzado, não queriam saber da fonte, não importava", lembrou o líder pedesista, deputado Amaral Neto, também antigo jornalista.

Já o porta-voz do Palácio do Planalto, Antônio Frota Neto, assegurou que não é intenção do governo limitar o acesso da imprensa aos gabinetes e às tradicionais fontes de informação. "Não é diretriz oficial", disse ele, lembrando as recomendações do presidente José Sarney para que a administração seja transparente. A preocupação, acrescentou o porta-voz, está com as informações que surgem sem uma base que as tornem confiáveis, o que muitas vezes leva o governo a rever programas.

Na sua opinião, os órgãos de comunicação devem sempre se antecipar, para tornar essas informações mais objetivas. Segundo ele, o Palácio não irá expedir releases, e sim notícias que serão produzidas em articulação com todos os setores do governo envolvidos.

Ontem mesmo, no entanto, Frota Neto se antecipou e divulgou os principais trechos da palestra que o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, proferiu para os responsáveis pela comunicação do governo em um auditório com acesso vedado aos jornalistas. Getúlio Bittencourt, não quis falar com a imprensa, e apesar de muita insistência, sua assessoria ignorou um pedido de entrevista feito pelo EDA. A alegação era de que ele estava fora e não tinha hora para voltar.

### Realismo?

"Mais realistas que o rei, os homens da comunicação do governo parecem se esquecer que o presidente Sarney lança mão dessa prática política — falar em off — todos os dias, como político experiente que é", lembra o nosso comentarista político Carlos Chagas.

O deputado Hélio Duque (PMDB-PR), a propósito, atribuiu ao próprio presidente Sarney a notícia publicada esta semana sobre a escolha do novo líder do PMDB: "Tenho um fato concreto a apontar, em que foi usada a figura da fonte, que foi o próprio presidente, na notícia de quarta-feira do *Jornal do Brasil* sobre a liderança do governo".

Mostrando sua irritação com a decisão do governo de suprimir as fontes governamentais não identificadas, o líder Amaral Neto sugere: "O governo devia dizer: é proibido falar mal de nós". Para ele, "se o jornal quiser atribuir notícia a uma fonte, o que acontece? Nada. Se não há artigo dizendo que há uma punição, a proibição é inócua. Se eu fosse do O Estado, daria de agora em diante todas as notícias, atribuindo-as a

fonte governamental para ver o que aconteceria. Será que eles processariam o jornal?"

"Isso me traz à memória tentativa de cercar a imprensa no auge do regime militar, quando era presidente Costa Silva. As restrições à liberdade começam por atos dessa natureza", observou Carlos Alberto de Oliveira (PDT-RJ) e ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio.

Mais ofensivo, Delfim Netto diz que o governo da Nova República — palavra muito grande de ironia — tem se valido de todos os subterfúgios para que os jornais divulguem somente o que lhe é favorável.

Segundo o parlamentar, "nós estamos vivendo uma espécie de 'Estado Novo' moderno. A diferença entre o antigo e o moderno, é que o moderno tem muita maquiagem. Mas o governo joga duro com a imprensa para fazer prevalecer suas posições. Com o poder econômico que o Estado tem, isto não fica muito difícil, na maioria dos casos", salienta o ex-ministro.

Delfim tem razões de sobra para pensar assim. É que, segundo ele, por determinação do Palácio do Planalto, o programa semanal de análise econômica que ele mantém na TV Bandeirantes, foi tirado do ar. Foi um dos "favores" que a empresa teve de fazer ao governo para ter um canal em Brasília (o canal 4).

"Mais o despotismo do atual governo não se limita aos órgãos de imprensa. Longe disso. Ele se espalha", segundo Delfim, "nos mais diversos setores". Citou como exemplo a quebra do sigilo da declaração de rendimentos. "Para nós (referindo-se ao seu período de governo) era uma coisa sagrada. Hoje, isso virou brincadeira".

### Congresso recua

O íntimo inter-relacionamento existente entre a imprensa e o Congresso foi destacada ontem à tarde pelo 1º secretário da Câmara, deputado Paes de Andrade



(PMDB-CE), ao dar posse aos novos dirigentes do Comitê de Imprensa da Casa, liderados por Ary Ribeiro, de O Estado de S. Paulo e Rádio Eldorado.

Assinalou o parlamentar que, quando "nuvens negras" alcançam o Poder Legislativo, "quando rolam cabeças de congressistas" a Imprensa também perde a sua liberdade, "ambos são lançados em uma estrada estreita e difícil". Pedindo que ambos conjuguem seus esforços, Paes de Andrade destacou que "principalmente nesta fase de elaboração de nova Constituição, Imprensa e Parlamento têm importante papel a desempenhar para a restauração do equilíbrio entre os três poderes".

Os demais integrantes da nova direção do Comitê de Imprensa são os jornalistas Zanoni Antunes, vice-presidente (*Gazeta Mercantil*); Aglaé Lavoratti Guedes, secretária (*Jornal do Brasil*); Tadashi Nakagomi (*Folha de S. Paulo*); e Iolanda Antonio Lourenço (EBN), suplentes. Ary Ribeiro recebeu 54 votos contra um para o deputado Ulysses Guimarães.

**A** Constituinte não pode ser secreta, e sua legitimidade ficará ameaçada se for aprovado projeto destinado a estabelecer normas preliminares para a Constituinte, que prevê a proibição da presença dos jornalistas em plenário, admitiram ontem os juristas Miguel Reale Jr. e Antônio Evaristo de Moraes Filho e o presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho.

Reale Jr. foi um dos principais responsáveis pela aprovação da proposta para que a imprensa tivesse liberdade plena durante os trabalhos da comissão provisória de estudos constitucionais, impedindo, assim, que a proposta do presidente da comissão, Afonso Arinos, hoje senador pelo PFL do Rio de Janeiro, fosse acolhida e os jornalistas não tivessem acesso às reuniões.

O professor Reale Jr. levantou, inclusive, uma questão: como um plebiscito para a consulta popular sobre o texto a ser elaborado pelos constituintes teria legitimidade sem uma cobertura livre da imprensa?

Ele destacou que a ideia de ser realizado um plebiscito ganha força entre os constituintes, e se for consumada, ele terá de ser autêntico, não poderá ser, então, dirigido ou manipulado como foi o realizado durante o governo João Goulart, para a consulta sobre parlamentarismo, que o presidente da República pretendia ver revogado.

A cobertura dos trabalhos da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais foi, segundo Reale Jr., "de muito bom nível, e contribuiu, na medida em que mostrou as divergências entre os membros da comissão, e com as críticas, para que a própria comissão tivesse uma visão crítica maior, que acabou por beneficiá-la".

"Os trabalhos da Constituinte só ganham com uma participação direta da imprensa", disse o professor, que admitiu só poder compreender preocupações com a presença dos jornalistas no plenário da Constituinte por motivos relacionados com o espaço físico, mas que, mesmo assim, "não

podem impedir a cobertura jornalística".

O jurista ressaltou, entretanto, a posição favorável do presidente da Constituinte e da Câmara, Ulysses Guimarães, a uma ampla cobertura da imprensa dos trabalhos destinados à elaboração da nova Constituição brasileira.

### "Não pode ser secreta"

Outro jurista, Evaristo de Moraes Filho, depois de dizer que a Constituinte não pode ser secreta, afirmou que não se pode impedir a cobertura jornalística do plenário, pois "isso só seria, talvez, cabível discutir, a presença de jornalistas em uma reunião técnica dos constituintes, mas o mais democrático, é que ela seja assegurada".

"A legitimidade dos trabalhos dos constituintes está diretamente relacionada com a credibilidade e a legitimidade. Eles estão confusos. Debocharam muito de nós, da comissão chamada dos 'notáveis'. Mas nós permitimos a presença dos jornalistas até em reuniões de comissões. Não houve reuniões secretas", disse Evaristo de Moraes Filho, que, tal como Reale Jr., não apoiou uma proposta aprovada pela comissão: a que prevê o estabelecimento de censura à imprensa durante os períodos de "estado de alarme" novo nome que a comissão deu ao "estado de emergência" do regime militar e "estado de sítio".

### Trabalho no escuro

O presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, disse, ao falar da importância da cobertura livre dos jornalistas durante os trabalhos da Constituinte, que "trabalho no escuro será perigoso", e condenou qualquer restrição à liberdade de imprensa na Constituinte, afirmando que "a publicidade que a imprensa fará dos trabalhos será o grande instrumento de credibilidade da própria Constituinte". Ele disse ainda que sua elaboração da Constituição dos Estados Unidos é que houve sessões secretas "mas isso aconteceu no século XVIII".

Os juristas que falaram ontem sobre as primeiras conspirações contra o trabalho da imprensa na Constituinte afirmaram que vale uma pergunta: a quem interessa tal proposta? Um professor de Direito Constitucional disse que no Brasil há uma tradição de conspirações contra a imprensa.

Ele lembrou que entre as preocupações da comissão que o senador Afonso Arinos presidia, destacaram-se as propostas para a censura à imprensa.

O professor Reale Jr. foi um dos que se pronunciaram contra a censura à imprensa, mesmo durante crises, "Estado de Sítio" ou em outra ocasião em que se pretenda limitar as atividades dos meios de comunicação. Para ele, ao invés de sacrificar o direito à informação, que "deve ser assegurado aos cidadãos", pode-se, durante o "Estado de Sítio", se ele for previsto na próxima Constituição, processar os jornalistas que através de informações comprovadamente inverídicas, contribuírem para o agravamento da crise nacional. O ex-ministro Eduardo Portella também não apoiou a censura à imprensa em quaisquer circunstâncias, e disse que preferia que a imprensa tenha a sua liberdade preservada sempre. Ele foi demitido do cargo de ministro da Educação, no governo Figueiredo, em consequência de uma entrevista.

## A principal prioridade dos jornais: liberdade.

A nova Constituição do Brasil deverá consagrar a liberdade de expressão, revogando dispositivos excepcionais como a Lei de Imprensa, na expectativa do presidente da Associação Nacional de Jornais, José Antônio do Nascimento Brito. Ele coloca a defesa dessa condição como principal prioridade da ANJ para 1987, particularmente em relação à Assembleia Nacional Constituinte instalada em 1º de fevereiro.

Nascimento Brito declara-se satisfeito com o grau de mobilização dos jornais brasileiros em relação à Assembleia, e compara essa situação à do início de 1968, quando a imprensa teve substancial importância para o entendimento das mudanças econômicas que então se implantavam. Observa que a defesa da liberdade de expressão, a ser feita junto aos constituintes, é a principal razão de ser de uma entidade como a ANJ.

Essa defesa, aliás, é feita pela ANJ desde sua fundação, e teve em 1966 alguns momentos importantes, como o que reuniu no Brasil — em Salvador — a Sociedade Interamericana de Imprensa, na presença do Presidente da República, José Sarney. Nascimento Brito

ressalta a própria manifestação do presidente, à época, defendendo a liberdade, e valorizando o papel dos meios de comunicação na condução a esse objetivo.

Na sua opinião, 1986 e 1987 estão interligados por esse dogma-liberdade de expressão. "Num ano, porque se avançou significativamente nesse sentido; no outro, porque se buscará consagrar esse princípio na Constituição nacional em elaboração pelos deputados e senadores constituintes".

A caminho dessa direção, o presidente da ANJ aponta dois entraves que precisam ser revogados, já que significam a exceção que se impôs ao País e à sociedade por tanto tempo. Um, é a legislação eleitoral vigente; outro, a Lei de Imprensa. A primeira é classificada por Nascimento Brito de "brincadeira", e de "armadilha contra os próprios políticos, como ficou visto na campanha do ano passado". Já no segundo caso, o argumento da ANJ em de fesa de sua revogação é de que por excepcional, a Lei de Imprensa não se justifica em uma sociedade democrática.

"Acho grave que o País, nos últimos 30 anos, não tenha votado com a mesma legisla-

ção em todas eleições realizadas", afirma ele, para quem a Lei Eleitoral deve prever "liberdade total, permitindo que quem quiser anunciar, como quiser, onde quiser". Já a Lei da Imprensa "não deve existir, simplesmente. O que se deve usar é a legislação ordinária, a legislação penal".

Avaliando o atual quadro nacional, Nascimento Brito considera bom o relacionamento com o governo. E entende que esse relacionamento "não é excepcional porque os jornais têm obrigação de ser críticos, e ninguém gosta de crítica". Mas ressalta que a ANJ tem sido tratada com respeito em todos os níveis — administrações federal, estaduais e municipais.

Recentemente, a ANJ negociou com o governo federal a volta das regras de mercado como disciplinadoras da comercialização dos jornais. O resultado dos entendimentos foi a liberação dos preços de capa e publicidade, a partir do dia 5 de fevereiro. "Isso tira das empresas jornalísticas a ameaça que as rondava, de sobrevivência e de limitações à liberdade de imprensa, deixando os jornais extremamente agradecidos ao presidente Sarney e ao ministro Dilson Fumaro, da Fazenda."